

ADULTIZAÇÃO DA INFÂNCIA PELA MÍDIA: UMA LEITURA SÓCIO- HISTÓRICA

Sandra Maria Moreira de Menezes¹

RESUMO

Este artigo se propõe a uma leitura conceitual sobre a infância a partir de levantamento bibliográfico de publicações sobre o tema, com foco na historicidade que envolve a construção da noção de infância como uma categoria sociológica, bem como os diferentes discursos e práticas em torno da criança como desdobramentos sócio históricos e, com isso, muda também, o lugar e a função que elas ocupam na sociedade. Esse entendimento serviu de base para uma leitura da influência da mídia, especificamente a televisiva, sobre a concepção de infância na contemporaneidade, o que ressaltou o paradoxo de que, os meios de comunicação, com suas ofertas de consumo de produtos e ideias, estão “adultizando” a infância.

Palavras-chave: infância; criança; mídia.

ABSTRACT

This article proposes a conceptual reading of childhood, increasing the biological perspective of human development period to which it relates. Part is a literature review of publications on the subject, focusing on the historicity which involves the construction of the notion of childhood as a sociological category, and the various discourses and practices around the child as socio historical developments. Based on this, we tried to make a critical analysis of how childhood is seen today and the way it is used by the media, specifically television, underlining also the paradox that the media, with their offers consumer products and ideas, are "adulthood" childhood.

Keywords: childhood; child; media.

1. INTRODUÇÃO: JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Desde o nascimento até a sua morte, o homem vivencia experiências de desenvolvimento e crescimento afetas às diversas dimensões que o constituem. Mas é na infância que as experiências cognitivas, sensoriais e motoras estão no seu ponto mais alto, pois nesta fase o cérebro é capaz de estruturar grande parte de suas conexões e integrar informações, transformando-as em aprendizagem. Estudos afirmam que as primeiras vivências da criança são fundamentais para determinarem as formas pelas quais estabelecerá seus contatos, preferências e habilidades, aspectos que a acompanhará por toda a vida (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

Está na infância, o indivíduo com até doze anos de idade incompletos e, de acordo com a Constituição Federal Brasileira, é reconhecido como sujeito de direitos e deveres, com peculiaridades de desenvolvimento que devem ser respeitadas, protegidas e asseguradas prioritariamente pelo Estado e pela família (Digiácomo & Digiácomo, 2010).

Contudo, é possível perceber que essa legitimidade e cuidado específicos assegurados a este grupo social nem sempre existiram na cultura do povo ocidental, haja vista as práticas destinadas à criança no período medieval. Mas também identificamos mudanças no decorrer da história, já que no período moderno, por exemplo, a criança era considerada a origem do homem adulto, necessitando de disciplina e educação para que se tornasse dotado de razão e autonomia (Dornelles, 2010).

Kramer (1992) e Bujes (2000) afirmam que essas diferenças de sentido em torno da infância ocorrem porque esta é uma categoria sociológica, construída nos desdobramentos das relações de poder e discursos hegemônicos próprios de uma época e lugar.

Falando em discursos hegemônicos, destaca-se a influência da mídia como elemento importante na construção de identidades e valores sociais que engendram nossa forma de pensar, agir e sentir. Os meios de comunicação são elementos constitutivos do tecido cultural de um povo e que, por vezes, se interpõem às demais instituições sociais, visto que é capaz de ensinar conteúdos científicos através de filmes e documentários, de manter e desmantelar a coesão social, mediante o fortalecimento de uma ideologia político-partidária, atribuir ou destituir alguém (ou um grupo) do poder; forjam diversos vilões, heróis e celebridades, oferecem orientação moral e ditam regras quanto à

alimentação, vestuário, lazer e educação das crianças. Tudo isso é veiculado de uma forma pouco democrática, pois esses saberes e práticas refletem os interesses de determinada classe ou cultura dominante (Silva & Santos, 2009; Hjarvard, 2012).

Assim, temos a mídia audiovisual, cujo código é constituído por elementos visuais (imagens, fotografias, desenhos, por exemplo) e sonoros (música, voz, efeitos sonoros), sendo um de seus principais canais a televisão, equipamento eletrônico cujas vendas, no Brasil, ultrapassaram os 5 milhões e o faturamento chegou aos 192 milhões de dólares no primeiro trimestre de 2012 (Superintendência da Zona Franca de Manaus, 2012 citado em Teleco, 2016).

Dessa maneira, não seria estranho nos questionarmos sobre as influências do poder das mídias televisivas sobre os sentidos da infância, bem como sobre as formas de expressão da infância nas crianças na contemporaneidade.

Assim, o presente artigo se propõe a uma leitura conceitual sobre a infância a partir de levantamento bibliográfico de publicações sobre o tema, com foco na historicidade que envolve a construção da noção de infância como uma categoria sociológica, bem como os diferentes discursos e práticas em torno da criança como desdobramentos sócio-históricos, os quais serviram de base para uma leitura da influência da mídia, especificamente a televisiva, sobre a concepção de infância na contemporaneidade, o que ressaltou o paradoxo de que os meios de comunicação com suas ofertas de consumo de produtos e ideias, estão “adultizando” a infância.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

2.1 CRIANÇAS SEMPRE EXISTIRAM, A INFÂNCIA NÃO

A palavra *criança* vem do latim *creare* (produzir, erguer) relacionado à *crescere* (crescer, aumentar), adjetivos associados ao indivíduo de pouca idade e em fase de desenvolvimento e crescimento. Mas a noção de infância que temos hoje é uma invenção da pós-modernidade e traz em seu bojo um processo dinâmico de transformações que nos possibilita refletir sobre as produções de subjetividade para além dos domínios e marcadores biológicos do desenvolvimento da criança (Frota, 2007; Ferreira, 2010).

Partindo de um prisma histórico, sabe-se que no período medieval não havia divisão etária ou geracional entre as pessoas, que as crianças conviviam com adultos, indistintamente, nos espaços coletivos, como no ambiente doméstico, de trabalho ou de festas; tinham visibilidade em sua constituição como um ser humano em menor escala, mas isso não refletia cuidados diferenciados por parte dos adultos, pois era permitido à criança participar e/ou presenciar quaisquer situações, sejam trabalhos forçados, crimes, agressões e abusos sexuais (Arriès, 1986).

Mas também existiu no século XVI na França e Inglaterra, um forte movimento moral liderado por religiosos e educadores, que tinha por princípio a desconstrução de costumes e práticas indiscriminadas com crianças e a construção de uma leitura diferenciada sobre quem são as crianças e quais suas necessidades enquanto tal. Sob essa compreensão, houve considerável produção literária, de cunho pedagógico que ressaltava a fragilidade, fraqueza, inocência e divindade das crianças; firmava, também, a educação como instrumento fundamental neste processo moralizador das práticas destinadas a esses indivíduos pequenos, a qual perpassava por “não deixar as crianças sozinhas; evitar mimar, habituá-las à seriedade o mais cedo possível; recato e preocupação com a decência . . .” (Arriès, 1986, p. 120).

A suposta fragilidade da criança, porém, inspirava cuidados até o momento em que a mesma atingia maturidade psicomotora, pois desde então era direcionada para as atividades comuns aos adultos, como o trabalho e jogos. Nesse contexto, a família era um grupo onde se primava pela conservação dos bens, o ensino e aprendizagem de um ofício e não exercia, necessariamente, a função de proteção e afetividade (Arriès, 1986).

Heywood (2004) demonstra através de suas pesquisas que havia nos séculos de XVI e XVII o reconhecimento de “que as percepções de uma criança eram diferentes das dos adultos” (p. 36) e, além disso, a própria Igreja Católica disponibilizava o ensino para meninos ao entrarem para o monastério, fato que representa a existência de práticas diferenciadas destinadas às crianças daquela época.

Importa ressaltar, também, o cenário europeu dos séculos XVII e XVIII, com suas mudanças sociais estruturantes e como estas se refletiram na reorganização familiar. No campo da economia, verificamos que o feudalismo dá lugar às atividades capitalistas e às cidades; nas relações internacionais, temos as grandes navegações e a expansão do

comércio exterior; da tecnologia, com a construção de embarcações, instrumentais marítimos e, nas ciências, avanços no controle de doenças (Perrot, 1991).

Todos esses aspectos foram importantes para uma reorganização social, demandando inclusive uma forma nuclear de família, com a redução do número de filhos para que fosse assegurado o sustento de seus membros. Nesse contexto, a criança deixa de ser como um adulto em miniatura para ser um sujeito-alvo das famílias constituídas no século XIX (Cassier, 1992).

No século XIX, observa-se uma noção de infância ligada fortemente a um valor emocional e afetivo, pois a ideia de infância é associada ao atributo do amor familiar e, com isso, a responsabilidade com a disciplina e cuidado das crianças passa a ser dos pais e não mais de suas amas, embora estas continuassem a figurar no cenário familiar desse período histórico (Frota, 2007).

Sobre essa mudança na organização familiar, Foucault (1979) afirma que esse cuidado dispensado à infância ocorria especialmente nos espaços urbanos e isto atendia a uma necessidade de gestão socioeconômica da população, que vinha aumentando em número e em ocupações territoriais, pois seria imprescindível “. . . organizar em volta deles um dispositivo que assegure não apenas sua sujeição, mas o aumento de sua utilidade” (p. 198).

Ainda nesse momento histórico, tanto o ser infantil como a noção de infância, ganharam visibilidade nos estudos teórico-científicos de diversos campos de atuação profissional, como a medicina, a biologia, a antropologia e a sociologia, por exemplo, consolidando mudanças quanto às formas de se referir e cuidar de crianças, diferenciando-as dos adultos. Tais práticas eram sobretudo identificadas através de sanitarista, pois “a saúde no período da gestação e no primeiro ano de vida é que constituirá impulso importante para a construção de serviços e o desenvolvimento de tecnologias biomédicas voltadas à gravidez, ao parto e a saúde neonatal” (Spink, 2010, p. 31).

Considerando as mudanças de sentidos atribuídos à infância como desdobramentos de fatores sócio-históricos, bem como as concomitantes mudanças do lugar social ocupado pela criança, é possível afirmar que a categoria sociológica *infância* não foi entendida e praticada da mesma em todas as épocas da história ocidental. Esta percepção se confirma também pelo que se encontra na literatura acerca dos sentidos de infância existentes no Brasil no período moderno de nossa história.

De acordo com Shultz & Barros (2011), a infância passou a ser considerada como um período de desenvolvimento humano com especificidades e necessidades diferenciadas apenas no início do século XX.

A história da infância no Brasil perpassa pela concepção econômica e social, pois lhe eram atribuídos sentidos como: desvalida, desprotegida, destituída de cidadania, devendo ser tutelada pelo Estado e pela família. “Menor” era o termo utilizado para se referir às crianças classificadas como pobres economicamente e pertencentes a uma família “desestruturada”, que seria qualquer configuração diferente de pai trabalhador, mãe cuidadora do lar e dos filhos (Frota, 2007).

Na condição de pobre e desvalida, a criança era foco da filantropia religiosa, empresarial e de famílias abastadas da sociedade da época. Quanto ao Estado, esse criou o Código de Menores em 1927, o qual foi revogado pelo “Novo Código de Menores” em 1979. Em ambos, a proposta era assegurar o assistencialismo já praticado e ampliar essas ações através da estruturação e manutenção de reformatórios e casas de detenção para os chamados “delinquentes”, estabelecendo, portanto, uma concepção judicializada sobre a infância (Frota, 2007; Longo, 2010; Shultz & Barros, 2011).

A década de 80 do século XX foi marcada por importantes acontecimentos políticos através da mobilização popular que buscava a redemocratização do Brasil após o Regime Militar – estabelecido desde 1964. A eleição presidencial e a busca por garantia de direitos foram destaques desse período. No que tange especificamente ao sujeito criança, tem-se a sustentação de uma concepção de infância que incluísse atenção e assistência sob uma perspectiva complexa, envolvendo todas as áreas de atendimento tanto à criança como ao adolescente, aspectos claramente expressos no artigo 227 da Constituição da República de 1988 (Chauí & Nogueira, 2007).

Dois anos depois temos a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), embasado na doutrina da proteção integral, inserindo a corresponsabilidade da família, da sociedade e do Estado na garantia de direitos da infância. A criança, então, passa da condição de objeto do direito à condição de sujeitos de direitos, sendo-lhes atribuídas algumas garantias e prerrogativas antes pertencentes apenas aos adultos (Martins, 2009).

Com base na exposição das mudanças históricas ocorridas em torno do que nomeia de infância, pode-se afirmar que este termo faz referência a um segmento social, não universal e historicamente transformável no que diz respeito aos saberes e práticas a

ele relacionados, ao passo que *crianças* sempre existiram, enquanto um ser em desenvolvimento.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 MÍDIA E SUAS PRÁTICAS DE INFÂNCIA

A mídia, através de seus meios de transmissão caracteriza-se como um forte poder de influência social. Chamada de quarto poder, a mídia é capaz de imprimir valores comportamentais, de estilo, de saúde e de consumo. É também fonte de informação, acesso à educação (ex.: telecurso, cursos de graduação e pós-graduação à distância), entretenimento (ex.: filmes, novelas, shows, programas de humor) e, também, exerce seu papel de articuladores de identidades, isto é, possibilita que os indivíduos se reconheçam (ou se estranhem) nas histórias contadas na televisão, nas propagandas de produtos e nas postagens das redes sociais (Sampaio, 2004; Setzer, 2005).

Percebe-se, contudo, que o poder atrelado à mídia pode ser também tendencioso e refletir um monopólio, uma antidemocracia, tendo em vista os espaços destinados à cultura popular de determinadas regiões do Brasil, como a norte e a nordeste, em comparação aos espaços televisivos (noticiários, novelas, eventos culturais, artistas) destinados às regiões sul e sudeste do País.

Essas práticas segregadoras estão em função do uso particular/privado da mídia (mesmo que a transmissão de um sinal televisivo seja mediante concessão Estatal), pois a visão de homem, de mundo, de família e de sociedade está, eminentemente, fundada na percepção de grupos que detém poder econômico-político suficiente para lançar e manter suas concepções, valores e cultura, estreitando a percepção e o convívio com a diversidade humana (Debord, 1997).

Tal compreensão é confirmada por Silva & Santos (2009), que afirmam a atuação da mídia “. . . como uma espécie de controle social, que contribui para o processo de massificação da sociedade, resultando num contingente de pessoas que caminham sem opinião própria”.

Kellner (2001, citado em Ferreira, 2007) entende a cultura da mídia como instrumento de socialização e construção de subjetividades, visto que a TV e seus

programas, a internet com suas redes sociais, jogos e séries, podem funcionar como substitutos às instituições historicamente responsáveis pela educação e formação dos indivíduos, quais sejam a família, a escola e a igreja.

Tanto é assim que os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados em 2013 revelam que a TV predomina em 97,3% dos domicílios do país (63,3 milhões). Desse total, 29,5% das residências tinham TV por assinatura, 31,2% possuíam sinal digital de TV aberta enquanto que 38,4% dependiam de antena parabólica.

No que diz respeito às mídias contemporâneas, de transmissão via internet, o IBGE afirma que oito em cada dez brasileiros entre 25 e 49 anos possuíam um celular para uso pessoal, com destaque para a região Norte, que apresentou o maior percentual de domicílios que usaram o celular para acessar a internet (75,4%), enquanto no restante do Brasil predominou o uso do computador.

Com esses dados e com base nas articulações teóricas até aqui apresentadas, suscitamos discussão a respeito dos reflexos da mídia televisiva na construção de noções e práticas em torno da infância, partindo da compreensão de que a televisão apresenta uma realidade pronta e imaginada por outrem e pode criar um contexto de passividade do telespectador diante das informações projetadas pelo aparelho de TV.

Um dos pontos dessa discussão é a de que a TV, com seus programas e propagandas, constrói um forte e persuasivo mercado consumidor constituído por crianças, as quais, desde muito cedo, aprendem o prazer de “ter” o brinquedo ou o celular da moda, a “comer” o doce ou a batata frita da empresa que aparece na TV; aprendem também, de uma forma bastante empírica, o quanto “ter” o que os outros têm a torna “igual” às outras crianças que consomem os mesmos objetos, alimentos ou passeios.

Corroborando a compreensão acima, os autores Andronikidis & Lambrianidou (2010) falam da vulnerabilidade do público infantil às estratégias de marketing veiculadas na mídia, em virtude de não possuírem maturidade psico-cognitiva suficiente para discernir o interjogo existente nas entrelinhas das propagandas, que é a persuasão à compra de um produto ou serviço, travestida da promessa de satisfação de seus desejos (ou seria dos desejos que aprenderam a expressar?).

Além do fomento da cultura do consumismo no público infantil, a mídia televisiva contemporânea revela outra concepção sobre a infância, que está relacionada à erotização

do corpo infantil, haja vista propagandas publicitárias que enfatizam o uso de acessórios (maquiagem, unha postiça, uso de saltos) e equipamentos (celulares, tabletes e computadores, com seus jogos temáticos sobre violência) característicos de adultos e, também, a construção de uma autoimagem espelhada no corpo do adulto, através da comercialização de bonecas com silhueta fina, seios grandes, bonecos, magros e musculosos; programas de TV, que banalizam o uso do corpo infantil de maneira insinuante através de concursos de danças, cujos ritmos têm conotação erótica (Postman, 1999; Santos, 2009).

Além de funcionar como um viés de inserção da criança em algumas dimensões do mundo do adulto, a mídia também se mostra corresponsável pela inserção de crianças num ritmo de vida semelhante ao do adulto, que é marcado por inúmeros compromissos durante o dia, geralmente relacionadas às atividades laborais. No que se referem ao segmento infantil, esses compromissos vão além da escola regular e envolvem a criança em cursos de idiomas, de instrumentos musicais, práticas esportivas e reforços escolares, no intento de fazê-las adquirir responsabilidades e se prepararem para o futuro profissional (Santos, 2009; Silva & Santos, 2009).

Entretanto, essa preparação profissional também é marcada por uma realidade competitiva e individualista, baseada na meritocracia e que se sobrepõe às necessidades da criança que, segundo Papalia, Olds & Feldman (2006), estão relacionadas à vivência familiar, vivência com outras crianças, estabelecimento de limites, espaço físico e psicológico para a expressão lúdica de suas experiências criativas e emocionais, além das obrigações escolares e práticas esportivas, igualmente importantes para o desenvolvimento de um ser humano.

Mas, o excesso de atividades na infância, implica o aparecimento de doenças e transtornos típicos de um organismo estressado e sobrecarregado, tais como enxaquecas, dores estomacais, distúrbios do sono (insônia, terror noturno), alimentares (obesidade, anorexia, bulimia) e transtornos psicológicos (ansiedade e depressão) (Kunsch, 2014).

Assim, diante dos aspectos elencados como reflexos da mídia televisiva na construção das noções e práticas contemporâneas em torno da infância, quais sejam o consumo, a erotização do corpo infantil e a imposição social do ritmo da vida adulta à criança, sustentamos a compreensão de que a mídia televisiva potencializa relações

sociais de transmutação da criança em elemento propulsor da máquina de consumo e, concomitantemente, em objeto a ser consumido.

4. CONCLUSÕES

A partir da literatura apresentada, entendemos que a infância nem sempre foi vista e tratada a partir das peculiaridades biológicas, educacionais, comportamentais e sociais que existem na atualidade, haja vista a inexistência do sentimento de infância na Idade Média, que expunha a criança às atividades laborais, sexuais e de violência, não a distinguindo da pessoa adulta; a conotação de fragilidade, pureza e divindade, atribuídas à criança, advinda do processo de moralização das relações interpessoais empreendido pela religião dominante do século XVI; o fomento de práticas de cuidados voltados para o período gestacional e para os primeiros anos de vida, como reflexo da reorganização do grupo familiar a partir das transformações econômico-comerciais características dos séculos XVII e XVIII, citamos também, a visão educacional que incluía a criança em um projeto pedagógico que viabilizava seu desenvolvimento cognitivo, respeitando suas características de maturação cronológicas, como um dos resultados do fortalecimento das concepções filosóficas do Iluminismo e Humanismo dos séculos XVIII e XIX, respectivamente. Aspectos estes que viabilizaram uma relação entre o adulto e a criança baseada predominantemente pelo valor emocional e afetivo.

A pesquisa pôs em relevo que, as transformações de sentido sobre a infância que ocorreram na Europa, também foram observadas na sociedade brasileira do século XX, pois o *status* da criança deslocou-se da noção de desvalida, desprotegida, destituída de cidadania e de uma prática judicializada sobre a infância para o *status* de sujeito de direitos, através de práticas de cidadania e de proteção integral voltadas para a infância (e também a adolescência), com a legitimação do ECA.

Contemporaneamente, dentre os fatores de influência que, também, compõem as noções e práticas em torno da infância, citamos a mídia, especificamente a televisiva, como um importante elemento de poder no fortalecimento ideológico de que, o segmento infantil, é um mercado consumidor de grande potencial e relevância, pois, ao contrário de tempos idos, o lugar social da criança hoje, em muitas famílias, é central e, nesse lugar, sua “opinião” é determinante para a compra de determinados produtos, marcas e serviços.

Ao tornar a criança um nicho de mercado para mercado consumidor, a mídia, com seu poder de influência social, imprime uma demanda de precocidade no desenvolvimento psicoemocional das crianças, “adultizando-as”, mediante a erotização de seus corpos e da sua inserção no mundo de compromissos e horários marcados para inúmeras atividades que, mais atendem a uma necessidade capitalista neurótica do que a própria necessidade orgânica e educacional da criança, que estão relacionadas à qualidade na alimentação, no tempo destinado ao sono e às brincadeiras individuais e em grupo, assim como o respeito ao tempo e estrutura de desenvolvimento física e cognitiva quando da proposição de atividades extraclasse.

Assim, atingimos a proposta deste estudo bibliográfico ao apresentar uma leitura conceitual sobre a infância a partir do prisma sociológico, o qual nos permitiu identificar as diferentes concepções sobre o termo e como estavam/estão vinculadas a um contexto sócio-histórico e econômico de uma época, de um lugar, assim como aos interesses predominantes de determinada sociedade; foi possível compreender que essas mudanças de entendimento em torno da infância refletem diretamente em práticas voltadas às crianças e, com isso, muda também, o lugar e a função que elas ocupam na sociedade. O prisma sociológico sobre o conceito de infância nos permitiu fazer uma leitura da mídia, especificamente a televisiva, como uma importante influência na construção da concepção de infância na sociedade contemporânea, a qual perpassa pelo paradoxo de que, os meios de comunicação ao focar na criança como potencial segmento de suas ofertas de produtos, ideias e serviços, contribuem para uma visão “adulta” da infância.

BIBLIOGRAFIA

Andronikidis, A. L. & Lambrianidou, M. (2010). Children's understanding of television advertising: A grounded theory approach. *Psychology and Marketing*, 27(4), 299-322.

Arriès, P. (1986). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores.

Bujes, M. I. E. (2000). Que infância é essa?. In *Anais da 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*. Disponível em http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_07_09.pdf

Cassier, E. (1992). *A filosofia do Iluminismo*. Campinas, SP: Unicamp.

Chauí, M. & Nogueira, M. A. (2007). O pensamento político e a redemocratização do Brasil. *Lua Nova*, (71), 173-228. doi: doi.org/10.1590/S0102-64452007000200007

Debord, G. (1997). *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto.

Digiácomo, I. A. & Digiácomo, M. J. (2010). *Estatuto da Criança e do Adolescente anotado e interpretado*. Curitiba, PR: Ministério Público do Paraná. Disponível em http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/42/docs/eca_comentado_murillo_digiacommo.pdf

Dornelles, L.V. (2010). Sobre o devir-criança ou discursos sobre as infâncias. In *Anais do V Colóquio Internacional de Filosofia da Educação*. Disponível em <http://www.ufrgs.br/faced/pesquisa/gein/artigos/sobre%20o%20devir%20criança%20ou%20discursos%20sobre%20as%20infancias.pdf>

Ferreira, A. B. de H. (2010). In Ferreira, A. B. de H. (Ed.), *Novo Dicionário Aurélio: Versão 5.0 + Edição revista e atualizada*. Dicionário eletrônico: Positivo Informática.

Ferreira, M. F. (2007). Infância e Mídia: reflexões sobre produtos culturais para crianças. *Revista Contra-Pontos*, 7(2), 645-656.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder* (8ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Graal.

Frota, A. M. M. C. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. 7(1), 144-157.

Heywood, C. (2004). *Uma história da infância: Da idade média à época contemporânea no ocidente*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Hjarvard, S. (2012). Miatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Revista Matrizes*, 5(2), 53-91.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015092710132013274829286894.pdf>

Kramer, S. (1992). *Política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez.

Kunsch, C. K. (2014). Excesso de atividades, consumo e superproteção: possíveis fatores de tédio em crianças. *Veras*, 4(1), 99-115.

Longo, I. S. (2010). Ser criança e adolescente na sociedade brasileira: passado e presente da história dos direitos infante juvenis. In *III Congresso Internacional de Pedagogia Social*. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092010000100013&lng=en&nrm=abn

Martins, D. C. (2009). *Estatuto da Criança e do Adolescente e Política de Atendimento*. Curitiba, PR: Juruá Editora.

Papalia, D. E., Olds, S. W. & Feldman, R. D. (2006). *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Perrot, M. (1991). Figuras e papéis. In Perrot, M. (Org.) *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra* (pp. 121-185). São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Postman, N. (1999). *O Desaparecimento da Infância*. Rio de Janeiro, RJ: Graphia.

Sampaio, I. S. V. (2004). *Televisão, publicidade e infância*. (2ª ed). São Paulo, SP: AnnaBlume.

Santos, I. M. (2009). A cultura do consumo e a erotização na infância. *Revista Extraprensa*, 2(2), 1-20. Disponível em <http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/extraprensa/article/view/epx4-a2/epx4-a2>

Setzer, V. W. (2005). *Meios Eletrônicos e Educação: Uma visão alternativa*. São Paulo, SP: Escrituras.

Shultz, E. E. & Barros, S. de M. (2011). A concepção de infância ao longo da história no Brasil contemporâneo. *Revista de Ciências Jurídicas*, 3(2), 137-147. Disponível em <http://http://www.revistas2.uepg.br/index.php/lumiar>.

Silva, E. F. G. da & Santos, S. E. B. (2009). O impacto e a influencia da mídia sobre a produção de subjetividade. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Disponível em http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/447.%20o%20impacto%20e%20a%20influ%Cancia%20da%20m%C3Ddia.pdf

Spink, M. J. (2010) Álbums de bebê: reflexões sobre tecnologias que performam pessoalidades. In Jobim, S., Souza, X, & Moraes, M. (Orgs.) *Tecnologias e modo de ser contemporâneo* (pp. 25-52) . Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.

Teleco: Inteligência em comunicações (2016). *Produção e Vendas de TV no pólo industrial de Manaus*. Disponível em <http://www.teleco.com.br/nrTV1.asp>



¹ Psicóloga, Especialista em Psicologia Clínica de base Gestáltica. Membro do corpo docente do Centro de Capacitação em Gestalt-terapia do Estado do Pará (CCGT-PA); Supervisora Clínica; Psicóloga da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará (SEJUDH-PA).